



Assessoria da Regionalização

Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2019

1 Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às dez horas e vinte e cinco
2 minutos, deu-se início, no Complexo Regulador – anexo ao Hospital Municipal Souza Aguiar,
3 situado na Praça da República, cento e onze – Centro - RJ, a terceira reunião Ordinária CIR da
4 Metropolitana I. **Presença dos membros da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro**
5 **(SES): Representante de Nível Central:** Sra. Monica Almeida - Assessora de Planejamento.
6 Patrícia Vanda dos Santos Rocha – Secretária Executiva CIR Metropolitana I, Sra. Sidnéa Alvim da
7 Silva – Assistente SE/CIR, Sra. Amanda Ferreira – Superintendência de Regulação/SES. **Apoiador**
8 **do Ministério da Saúde** – Sr. Luiz Marques Campelo – Analista. **Apoiadora do COSEMS** – Sra.
9 Maria de Fatima Rezende. **Representantes das Secretarias Municipais de Saúde: SMS Belford**
10 **Roxo** – Suplente Sra. Marta Regina G. Tenório – Diretora de Planejamento; **SMS Duque de**
11 **Caxias** – Suplente Sr. Hélio Gouvêa Neto – Diretor do Planejamento; **SMS Itaguaí** – Suplente Sra.
12 Dulce Maria de Souza Inouie – Diretora de Planejamento; **SMS Magé** – Suplente Sra. Cassandra
13 Soares – Coordenadora de Atenção Básica e Sr. Daniel Martins Paz – Vigilância em Saúde; **SMS**
14 **Mesquita** – Suplente Sra. Gizelle de A. Porto Gomes – Assessora de Gabinete; **SMS Nilópolis** –
15 Suplente Sr. Uilen Barbosa – Subsecretário; **SMS Nova Iguaçu** – Suplente Sr. Carlos Alberto
16 Souza – Subsecretário de Saúde e Sra. Maria Fabiana da S. Neves - Regulação; **SMS Rio de**
17 **Janeiro** - Suplente Sra. Lídia Zimbardi – Assessora Especial. Os municípios de **Japeri,**
18 **Queimados, Seropédica e São João de Meriti** não enviaram representante. A sra. Monica inicia a
19 reunião destacando a presença do representante do Ministério da Saúde. O Sr. Luiz – Analista, diz
20 que sua presença é em substituição a Sra. Bruna que no momento está atendendo a audiência
21 pública na ALERJ. Seu objetivo é acompanhar, como ouvinte, as discussões de políticas públicas, a
22 fim de possibilitar a troca de informações e busca de soluções para possíveis demandas a nível
23 federal. A sra. Lídia solicita mais esclarecimentos quanto ao financiamento de oncologia, de acordo
24 com a Portaria Ministerial publicada em fevereiro. Se compromete a enviar o número correto da
25 portaria. A sra. Monica sugere que a resposta seja encaminhada a CIB, a fim de que a informação
26 seja amplamente divulgada em todo o estado. A sra. Monica apresenta também a sra. Amanda que
27 representa a Superintendência de Regulação. Ela diz que veio divulgar a cartilha simples, emitida
28 pela Superintendência de Regulação sobre os procedimentos mínimos no fluxo de atendimento da
29 regulação. A cartilha, com os critérios para um bom funcionamento do serviço, apresentada no
30 slide, será encaminhada a todos os gestores que deverá repassar a equipe municipal. Dessa forma o
31 segundo ponto de apresentação foi antecipado. A reunião prossegue conforme a pauta. **I.**
32 **Apresentação – 1. Cofinanciamento** – A fim de visualizar o panorama da região quanto ao
33 cofinanciamento, a sra. Patrícia apresenta a planilha elabora com o desenho de cada município

Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2019

34 executor. Duque de Caxias totaliza mil duzentos e oitenta e três exames; Rio de Janeiro, mil,
35 quinhentos e vinte e dois exames; São João de Meriti, como o grande executor da região, estará
36 realizando cinco mil, duzentos e quarenta e dois exames; Queimados, um mil, seiscentos e trinta e
37 cinco exames; Nova Iguaçu, quatro mil, setecentos e oitenta e nove exames; Seropédica, duzentos e
38 nove; Itaguaí duzentos e oitenta e dois exames; Nilópolis quinhentos e quarenta e quatro. A sra.
39 Monica ressalta que o acordo da região é de que a regulação será feita pela Central de Regulação
40 estadual no que tange a execução dos municípios encaminhadores. Aos municípios executores cabe
41 regular os pacientes do seu território. O sr. Uilen pede que sejam alterados os números de USG que
42 o município fará para seus municípes. A sra. Patrícia dará o tratamento necessário a planilha. A sra.
43 Monica ressalta a importância de que todos estejam com os termos dos acordos entregues para que
44 o processo seja concluído efetivamente. **2. Cartilha do Sistema Estadual de Regulação – O**
45 **assunto foi tratado na apresentação da sra. Amanda. II – Pactuação – 1. Metas dos indicadores**
46 **bipartite e tripartite para o ano de 2019** - A sra. Monica, a fim de otimizar o tempo, antecipa o
47 informe sobre o DIGISUS, dizendo que a partir da definição do sistema, o roteiro dos indicadores
48 estará dentro do DIGISUS. O treinamento foi feito por todos os municípios. Entretanto o MS não
49 publicou a matéria e enviou nota técnica afirmando que não há prazo para inserção de dados, nem
50 disponibilidade de sistema. O roteiro DIGISUS deve ser usado para cumprimento dos prazos. O
51 estado fez adequação para facilitar o manejo por parte dos municípios. A nota técnica do estado diz
52 que a prioridade do RAG para informação é da matriz DOMI – diretriz, objetivo, meta e
53 indicadores. as informações impressas do SIOPS poderão ser utilizadas. O prazo é até o dia trinta de
54 março. O trabalho deve ser enviado ao Conselho Municipal de Saúde - CMS. O MS diz que assim
55 que for possível as informações serão migradas para o novo sistema. O sr. Luiz justifica dizendo
56 que o atraso está fora da governabilidade dos técnicos. A mudança de gestão no ministério
57 ocasionou a revisão do processo. Não há previsão de publicação da nova portaria, embora os prazos
58 permaneçam da legislação vigente para cumprimento das informações, evitando prejuízo ao
59 município quanto a prestação de contas junto ao CMS. Se coloca à disposição para auxiliar e
60 agradece a todos os municípios que enviaram os seus técnicos para participarem da oficina de
61 treinamento da ferramenta. Oferece treinamento para uso do Tabwin. A sra. Monica ressalta que a
62 entrega dos indicadores não deve ser meramente uma prática de entrega burocrática e sim um
63 exercício de apropriação das situações que envolvem a saúde no município. O sr. Carlos lembra o
64 acordo feito em CIR sobre a discussão dos indicadores, a fim de favorecer as análises das ações.
65 Infelizmente não houve continuidade. Sugere que essa discussão possa ser executada. A sra. Monica
66 sugere um encontro inicial, com a presença de representantes municipais da vigilância, atenção

Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2019

67 básica e CIR, para discussão de indicadores mais estratégicos. O Sr. Carlos propõe que o encontro
68 seja de análise e conhecimento profundo dos indicadores e não meramente pactuação. A reunião
69 será programada entendendo que essa prática deve ser qualificada. A sra. Monica diz que metas
70 devem ser pactuadas. Sugere que a pactuação dos indicadores seja Ad Referendum, tendo em vista
71 que alguns municípios não entregaram suas planilhas demonstrativas. Os municípios que ainda não
72 entregaram deverão fazê-lo até a próxima reunião. O RAG deverá constar junto com os documentos
73 a serem entregues. A plenária concorda com a pactuação Ad Referendum. **2. Credenciamento de**
74 **unidade de assistência de alta complexidade em oncologia (UNACOM) com hematologia, do**
75 **Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (CNES: 2295415). 3. Habilitação em Qualicito**
76 **(laboratório de citopatologia cervical tipo I), da Maternidade Escola da UFRJ (CNES:**
77 **227021). 4. Habilitação em gestação de alto risco/GAR do Hospital da Mulher Mariska**
78 **Ribeiro (CNES:741624). 5. Habilitação em serviço especializado às pessoas com deficiência**
79 **auditiva – Implante coclear, do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (CNES: 2295415). 6.**
80 **Habilitação em serviço de alta complexidade em cirurgia endovascular extracardiaca do**
81 **Hospital Federal da Lagoa (CNES: 2273659) - todos os itens citados são do município do Rio**
82 **de Janeiro.** A sra. Lídia esclarece que o serviço do Hospital da Lagoa tem uma produção muito
83 pequena. O município do RJ não tem gestão sobre as unidades federais, portanto não há informação
84 de que esses serviços serão ofertados na regulação. O município do RJ traz os pedidos por
85 determinação de fluxo estabelecido. Quanto ao hospital universitário é formalizado que parte do
86 quantitativo do serviço seja ofertado para a regulação, embora não saiba informar o número dessa
87 oferta. A oferta do laboratório de citopatologia será incluída em sistema próprio. Os pedidos foram
88 considerados pactuados **7. Solicitação de aumento de teto MAC – município do Rio de Janeiro –**
89 A sra. Lídia diz que o pedido se trata da mesma tentativa que foi feita pelos demais municípios. O
90 estudo de gasto foi incluído ao pedido. Considerado pactuado. **II – Informe – 1. Projeto do**
91 **Instituto Desiderata “Do diagnóstico precoce ao registro do câncer infanto-juvenil:**
92 **Capacitação de profissionais de saúde e registradores de câncer da Rede SUS (RJ)”.** A sra.
93 Lídia informa que a CT não indicou esse ponto para pactuação porque entendeu que o Instituto
94 Desiderata precisa, junto ao ente de competência mais informações para melhor estruturar os
95 municípios para desempenho efetivo dos encaminhamentos que, certamente, serão feitos pelos
96 profissionais capacitados. O fluxo de encaminhamento pós capacitação não ficou definido. A sra.
97 Monica manifesta discordância da posição da CT. Diz que o Instituto Desiderata é uma
98 Organização Não Governamental que trabalha junto ao estado e municípios a muito tempo. É uma
99 instituição respeitável. Com a proximidade do estado está conseguindo entender os problemas dos

Comissão Intergestores Regional – CIR/Metropolitana I

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2019

100 municípios. “O instituto Desiderata explora o vácuo que existe na formação médica, em especial na
101 saúde da família, para o diagnóstico precoce do câncer infantil”; capacita profissional da base a
102 diagnosticar os pacientes no mal curável, diz ela. Discorda de que não haja fluxo como mencionado.
103 A sra. Amanda – Regulação Estadual, diz que de fato não há regulação infantil para esse agravo. A
104 nova direção do INCA está disposta a fazer negociação em que poderá ser estabelecida a regulação,
105 entretanto não há previsão. O Sr. Carlos esclarece que não há intenção de desqualificar o Instituto
106 Desiderata. O que se espera é ter condições de garantir atendimento aos pacientes diagnosticados. A
107 proposta é que o Desiderata provoque junto ao estado a discussão dessa situação, a fim de
108 institucionalizar a porta para atendimento. A sra. Monica sugere que o assunto seja encaminhado
109 como demanda à SAECA. Propõe que o conjunto de gestores, aqui representado, solicite um
110 posicionamento da regulação e da SAECA, frente ao fluxo das crianças diagnosticadas ou para
111 diagnóstico da Região Metropolitana I. Dessa forma a secretaria de estado poderá se posicionar.
112 Com o de acordo de todos a Secretaria executiva estará encaminhando solicitação ao estado para
113 esclarecimento deste ponto. **2. Rede de Oftalmologia-** A sra. Patrícia comunica que a
114 SAECA/SES recebeu ofício número cento e vinte e cinco, de dois mil e dezenove, do município de
115 Nova Iguaçu informando a suspensão dos serviços ofertados pelo Centro de Tratamento
116 Ambulatorial LTDA, na Rede de Oftalmologia, tendo em vista a inabilitação da mesma, no
117 processo de credenciamento SUS. A Sra. Monica sugere que seja solicitada a SAECA que informe
118 sobre o cenário da Rede de Oftalmologia na Região. A plenária concordou. **3. Locais para as**
119 **reuniões CT e CIR 2019 (Abr à Dez)** – A sra. Lídia esclarece que, por solicitação da CIR Metro I
120 as reuniões já estão agendadas neste local. Entretanto a Regulação estadual está fazendo o
121 deslocamento para o complexo, nesta sala. Até que se inicie as obras as reuniões permanecerão no
122 Complexo Regulador. **4. DIGISUS** – A sra. Monica diz que o assunto foi tratado anteriormente.
123 Lembra que o prazo de sexta feira é a de entrega de todo roteiro e indicadores para o Conselho
124 municipal. **5. Questionário de avaliação da estrutura de planejamento nos municípios.** O
125 pedido da área de planejamento é que os municípios preencham o questionário informando as
126 condições da área de planejamento municipal. A ideia é que com o resultado os gestores poderão
127 ser abordados quanto a melhoria do serviço. A sra. Monica solicita a SE/CIR que faça a cobrança.
128 **6. Início da Execução de Recursos EPS (Projeto de Itinerários Formativos) e baixa**
129 **representatividade dos municípios na CIES Metro I para condução da Política de EPS na**
130 **Região** – A sra. Marta informa que a CIES visitou o município de Seropédica, a fim de formalizar a
131 execução dos recursos para o Projeto de itinerários Formativos. A baixa representatividade voltou a
132 acontecer. O pedido é que os gestores intensifiquem a chamada dos técnicos para estarem presentes

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DA METROPOLITANA I - 2019

133 as reuniões. **7. Cumprimento das deliberações CIR M1** – A CT propôs a CIES que faça uma
134 oficina para apresentar aos gestores, os fluxos e os processos na CIR, como espaço legal de
135 pactuação, a fim de incentivar, de forma atrativa, a participação do gestor nesse fórum legal de
136 discussão. O Sr. Carlos ressalta que não há retorno de informação quanto a resposta do MS de
137 pontos deliberados e enviados a SES. A Sra. Monica sugere que os municípios levantem os pontos
138 que não tiveram devolutiva para que sejam incluídos na próxima pauta. **8. Fluxo de**
139 **encaminhamento PPI RM1** – Os municípios possuem PPI pactuada e que não atende a contento.
140 A solicitação da CT é de que o GT PPI estadual retome os trabalhos. **9. Suspensão de custeio do**
141 **MS do município de Belford Roxo.** Sr. Luiz diz que a Portaria trezentos e oitenta e seis, publicada
142 em vinte e dois de março suspendeu o custeio de três NASFs, do município de Belford Roxo, por
143 ausência de informação do sistema nos períodos de outubro a dezembro, de dois mil e dezoito. A
144 sra. Marta justifica que o ocorrido aconteceu por falta de alimentação do sistema. O sr. Uilen pede
145 ao sr. Luiz que verifique, junto ao MS, a demora no retorno do envio de recurso para Nilópolis no
146 que tange as RTs. Foram feitas as correções solicitadas e comunicadas ao MS, entretanto não houve
147 retorno até o momento. Não tendo outros assuntos a serem discutidos a reunião foi encerrada às
148 doze horas e dezessete minutos. Eu Sidnéa Alvim da Silva – Assistente da SE/CIR, lavrei a presente
149 ata.